



2 **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**
3 **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**

4
5 **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO**
6

7 Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às dez horas, no Plenário do
8 Prédio Minas, 9º andar, Cidade Administrativa, Belo Horizonte/MG, foi realizada a 7ª Reunião
9 Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG, com a presença da
10 Presidente do IBAMA, Suely Araújo, representante do Órgão e presidente do CIF. Verificado o
11 quórum regulamentar (lista de presentes anexa), tiveram início os trabalhos com a Presidente do
12 IBAMA fazendo um breve relato da pauta a ser debatida neste primeiro dia de reunião. De início, é
13 ressaltado que o CIF ainda deve uma série de indicações para os Conselhos da Fundação Renova,
14 sendo que o Conselho Curador está completo e em funcionamento. Mas ainda restam as indicações
15 do Comitê para as seguintes instâncias: uma indicação do CIF para o Painel de Especialistas; para o
16 Conselho Fiscal uma indicação da União, outra do Estado de Minas Gerais e outra do Estado do
17 Espírito Santo; e, para o Conselho Consultivo restam 5 indicações do Comitê de Bacia Hidrográfica
18 do Doce (CBH-Doce), 2 indicações da Comissão Interministerial de Recursos do Mar, 3 indicações
19 do Estado de Minas Gerais, 3 indicações das comunidades impactadas de Minas Gerais. Com isto a
20 Presidente do CIF questionou os representantes das instituições sobre se haveria previsão para
21 indicação dos representantes para os Conselhos. O representante do CBH-Doce informou que já
22 foram aprovados os nomes dos 5 indicados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce,
23 comprometendo-se a encaminhar até o final da corrente semana os nomes para o Conselho
24 Consultivo. O Secretário de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo
25 informou que já houve a indicação do Governo do Estado para o Conselho Fiscal. A Secretaria de
26 Cidades e de Integração Regional do Governo de Minas Gerais informou que ainda não houve
27 manifestação do Estado quanto a indicação de representante para o Conselho Fiscal. No que se
28 refere a indicação das comunidades impactadas esclareceu que está havendo uma grande resistência
29 para indicação de representantes para a Fundação, ressaltando que a iniciativa deve partir destas
30 comunidades. A Presidente do IBAMA informou que a Secretaria Executiva do CIF irá acompanhar
31 a indicação do representante da União e da Comissão Interministerial de Recursos do Mar para o
32 Conselho Consultivo da Fundação Renova. O Secretário Executivo do CIF esclareceu que já
33 contactou o SECIRM, que funciona como secretaria executiva do Comitê Interministerial de
34 Recursos do Mar, sendo informado que a demanda será levada à deliberação do colegiado visando
35 manifestação de participação de algum dos membros no CIF. Em prosseguimento da pauta, a
36 palavra foi passada ao representante do CIF no Conselho Curador da Fundação Renova, que
37 informou ter participado de uma única reunião do Conselho que ocorreu há aproximadamente 15
38 dias atrás, em Belo Horizonte. Conforme suas impressões, o Conselheiro informa que a Fundação
39 está numa fase muito inicial de institucionalização, sendo que nesta reunião foram apresentados
40 dois projetos para aprovação, um do IBIO para levantamento de APPs e reservas legais, no
41 montante de 29 milhões de reais por um ano, e outro projeto para contratação de uma empresa que
42 poderia fazer a remediação no valor de 9 milhões de reais. E para a outra reunião será avaliado um
43 projeto da Fundação Tamar para que realize o monitoramento das tartarugas marinhas. Quanto ao
44 primeiro projeto, o Conselheiro informou ter questionado na reunião do Conselho Curador o
45 montante requerido para o financiamento das ações visto pelo prazo de desenvolvimento do projeto
46 seriam aproximadamente 2,4 milhões por mês. A inquietação seria que o financiamento de projetos
47 tão vultuosos despertaria a atenção sobre estes recursos, devendo ser uma preocupação da Fundação
48 com o gasto destes valores. Com isto, o Conselho Curador adotou a linha de aguardar para analisar
49 melhor o projeto. Quanto ao projeto de mediação, no montante de 9 milhões de reais, seria para
50 desenvolvimento de ações no período de 10 meses ou seja o montante de 900 mil reais por mês. No

Amy

51 mesmo sentido, foi requerido que o Conselho analisasse melhor o projeto antes de decidir sobre a
52 aprovação, o que foi acatado pelos demais membros. Segundo ressaltou o representante do CIF no
53 Conselho Curador, a preocupação seria que o financiamento de projetos com valores tão altos
54 poderá diminuir a disponibilidade de recursos para o apoio a outros investimentos que se pretende
55 fazer. A representante da ANA ressaltou a importância da demanda de apoio a projeto estar em
56 consonância com os trabalhos das Câmaras Técnicas do CIF, portanto, o projeto do IBIO deverá
57 estar em conformidade com o trabalho da CT de Restauração Florestal. Da mesma forma, a
58 representante do Governo de Minas Gerais esclareceu que os projetos a serem deliberados pelo
59 Conselho Curador devem antes serem avaliados pela Câmara Técnica pertinente visto estarem
60 sendo traçados indicadores que devem ser observados, sendo a participação do representante do CIF
61 no Conselho Curador essencial para que este modelo de governança seja seguido. A Presidente do
62 CIF lembra que existe uma recomendação da CT Restauração Florestal e Recuperação de Água ,
63 aprovada pelo Comitê Interfederativo, dando diretrizes para o projeto, coloca assim o
64 questionamento sobre a necessidade vir para aprovação do CIF. Ressalta que a questão colocada se
65 refere ao custo do projeto, sendo esta uma das funções do Comitê acompanhar o gasto dos recursos.
66 O representante do Governo do Espírito Santo coloca a importância da Fundação se preocupar com
67 a qualidade, custo e fiscalização dos projetos contratados. O Conselheiro do CIF na Fundação
68 coloca que, sua impressão neste primeiro contato com os membros do Conselho Consultivo, existe
69 uma "visão de engenheiros" existindo dificuldades quanto da tomada de decisão. Assim, resalta ser
70 necessário reforçar a Fundação no sentido de serem incluídos outros conhecimentos, e mesmo
71 capacitá-los. Exemplifica, que no caso de projetos com valor abaixo de 10 milhões de reais não
72 precisa haver submissão ao Conselho, e acima seria necessária a aprovação dos conselheiros. O
73 representante do CBH-Doce coloca a importância de se definir valores, regras e formas de
74 contratação inclusive para torná-las claras para a sociedade. O Secretário do Meio Ambiente e
75 Recursos Hídricos do Espírito Santo coloca a importância de se pautar a aplicação do recurso com
76 base na eficiência e em retorno efetivo, sendo que existem muitas informações para se elaborar as
77 estratégias e se gastar menos com consultorias. Questiona que as CTs estão pensando suas
78 estratégias, mas como a Fundação Renova irá receber e como será tratado. A representante de Minas
79 Gerais resalta que existem 39 programas que devem ser o norte da Fundação Renova, que deve
80 informar o que e como fará, cabendo ao CIF dizer se atende ou não, informando os indicadores. Os
81 programas devem ser eficientes, eficazes e principalmente efetivos. A Prefeita de Governador
82 Valadares registra a expectativa positiva de se ter nos próximos anos um rio Doce melhor do que se
83 tem hoje. O Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
84 coloca a importância do CIF entender o papel da Fundação, e a Fundação entender o papel do CIF.
85 A Presidente do IBAMA questiona o Procurador-Chefe Substituto da PFE/IBAMA quanto a
86 necessidade de análise pelo Comitê Interfederativo dos projetos submetidos à Fundação, sendo
87 ressaltado que pelo menos os projetos maiores sejam submetidos demonstrando que estão em
88 consonância com as diretrizes estabelecidas. O Conselheiro do CIF na Fundação esclarece que o
89 projeto apresentado no Conselho Curador veio com a sinalização da Fundação de já ter sido
90 aprovado pela Câmara Técnica. Informa que em reunião com o Procurador da República foi
91 sinalizada a preocupação com o longo prazo visto a modificação dos membros do CIF com as
92 mudanças de Governo, como se garante a estabilidade nesta relação. A representante do Governo de
93 Minas Gerais resalta os papéis do CIF e da Fundação, chamando atenção para que o Comitê não
94 assuma uma responsabilidade que não é dele *a priori*. O representante do Governo do Espírito
95 Santo esclarece que quem demanda a Fundação é o CIF, sendo que a Fundação foi criada para gerar
96 eficiência na execução, na qualidade e no custo. A representante da ANA lê aos demais membros
97 sobre a finalidade do CIF estabelecido no Regimento Interno. O superintendente do IBAMA/MG
98 reforça a responsabilidade de cada parte, não trazendo a responsabilidade para as CTs e para o CIF
99 de aprovar os projetos, analisando a pertinência com as diretrizes estabelecidas. A Presidente do CIF
100 coloca que a Fundação pode manter contato com as Câmaras Técnicas, sendo que o rito atual é a CT
101 elaborar Nota Técnica com proposta de deliberação, encaminhar para deliberação do CIF e, uma
102 vez aprovada, encaminha as diretrizes para a Fundação. A discussão seria se com o estabelecimento

Aney

103 das diretrizes para determinados projetos, o CIF ainda teria de verificar determinados projetos antes
104 da contratação. O Prefeito de Mariana reforça a preocupação com a troca dos membros do CIF
105 manifestada pelo Procurador da República. A Presidente do CIF informa que para a reunião de
106 amanhã seria importante uma deliberação quanto ao porte do projeto que deverá ser deliberado pelo
107 CIF quanto ao financiamento pela Fundação. Em prosseguimento, a Presidente do CIF informa que
108 existem duas Câmaras Técnicas que não estão trabalhando na prática, CT de Saúde, Educação,
109 Cultura, Lazer e Informação e a CT Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais, sendo que esta
110 última encontra-se instituída mas não iniciou os trabalhos. Ao questionar se havia algum
111 representante da CT Indígena a Presidente do IBAMA explica que existe uma dificuldade na
112 definição do representante indígena já que todos os povos querem ser ouvidos e se fazerem
113 representar. Relembra que a criação da CT foi uma deliberação interna do CIF em atendimento ao
114 pedido das comunidades, mas na prática o CIF não está conseguindo instituir a Câmara. A
115 coordenação da CT Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais é responsabilidade da FUNAI e
116 Fundação Palmares. A Presidente do CIF se compromete a ela própria entrar em contato com a
117 FUNAI e Fundação Palmares para tentar resolver as dificuldades uma vez que criada a CT deve
118 funcionar. Quanto ao funcionamento da CT de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação, sob
119 responsabilidade do Governo de Minas Gerais, questiona como se pode colaborar para que se inicie
120 os trabalhos. A representante do Governo de Minas Gerais apresenta os responsáveis pela
121 implantação da CT, ressaltando o árduo trabalho numa Câmara que envolve temas relevantes. O
122 representante do Ministério da Saúde informa que a participação do Órgão se dá em função da
123 existência da CT de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação, mas devido a relevância dos
124 temas abarcados pela Câmara Técnica sugere que haja desmembramento do tema saúde para ser
125 trabalhado em separado. Ao que a Presidente do CIF responde sob a dificuldade de recomposição
126 das CTs, ressaltando que todas as Câmaras Técnicas são amplas. A representante do Governo de
127 Minas Gerais informa que se tentará desenhar uma Câmara que todos os temas. O representante do
128 Ministério da Saúde informa que o Ministério vem atuando no âmbito da CT de Segurança Hídrica
129 e Qualidade da Água e coloca-se a disposição para colaborar na composição da CT de Saúde,
130 Educação, Cultura, Lazer e Informação. Em seguida os membros do CIF fizeram comentários sobre
131 a importância do funcionamento da CT. A representante do Governo de Minas Gerais esclarece que
132 a CT não estava desde o início com o Estado, mas em atendimento a uma solicitação do Governo do
133 Estado do Espírito Santo a coordenação passou para Minas Gerais sob a justificativa de que dos 39
134 municípios impactados, 35 estão no Estado de Minas Gerais. O representante do Governo do
135 Espírito Santo ressalta que a qualidade da água é o ponto crucial para se conseguir a confiança da
136 sociedade como um todo para o trabalho que está sendo desenvolvido. Informa ainda que houve
137 uma ação civil que interrompeu a pesca no mar, mas não no rio, entendendo ser esta uma das
138 grandes falhas de informação a ser prestada. O representante do Ministério da Saúde coloca a
139 importância de articulação dentro do Governo Federal para pautar os diversos temas abordados pela
140 CT. Ao final, ficou acordado que a Secretaria do CIF fará a articulação para que haja indicação dos
141 representantes para a Câmara Técnica de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação. No
142 seguimento da reunião, a Presidente do CIF propôs que houvesse o relato das Câmaras Técnicas de
143 temas que não constassem na pauta para discussão a tarde. No relato da Câmara Técnica de Rejeitos
144 e Segurança Ambiental a fase emergencial sobrepõe o acordo. Informa que os diques de Sela e de
145 Tulipa estão com as obras de reforço finalizadas e acima das normas de segurança; apresenta ainda
146 o eixo 1, obra de contenção definitiva, a ser instalado onde era a barragem de Fundão. Mostra a
147 barragem de Santarém e os diques de 1 a 4, diques de contenção provisória, sendo que os diques S1
148 e S2 foram totalmente assoreados no início de operação; já o dique S3, que seguiu a poluição e a
149 degradação de fevereiro a agosto de 2016, está fora de operação mas com obras de alteamento.
150 Depois de um período de paralisação, as obras reiniciaram sendo o dique S3 tirado de operação
151 dentro do período de chuvas. Com isto o IBAMA notificou a empresa a finalizar as obras até
152 15/09/16, a Samarco apresentou um cronograma para término até 16/10/2016 e na última reunião da
153 CT de Rejeitos e Segurança Ambiental a empresa apresentou uma previsão de término até
154 29/11/2016. Durante visita de campo, dia 20/10/2016, o IBAMA verificou a obra estava parada

155 devido à falta de blocos, matéria básica para construção deste tipo de dique. Em seguida o
156 coordenador da CT de Rejeitos esclareceu o funcionamento dos diques e a importância destes.
157 Abaixo da Usina de Candonga que era onde se espera um nível de turbidez mais alto no pico
158 máximo, não se identifica este pico, mas 5 km a frente a turbidez aumenta e 10 km depois, aumenta
159 mais ainda. Assim, será requerido o estudo deste fenômeno. A representante da ANA esclarece que a
160 Agência tem uma série histórica do rio Doce. O representante mostrou o proposta da CT de Rejeitos
161 e Segurança Ambiental para atendimento pela Samarco, que seria demonstrar por meio de cenários
162 os efeitos com e sem a construção dos diques e de se usar produtos químicos. O representante do
163 Governo de Minas Gerais explicou que o dique S4 não é a solução visto ser necessário que a
164 empresa entregue um cronograma de retirada dos rejeitos que estão depositados no ambiente para
165 que não haja rompimento e carreamento no período chuvoso; quanto aos três diques propostos pela
166 empresa no Gualaxo, os membros da Câmara Técnica ficaram temerosos quanto ao impacto
167 ambiental e a eficiência da construção dos diques que não eram sequer atestada pela empresa
168 contratada pela Samarco. Em razão disto, foram requeridas complementações à empresa,
169 apresentadas pela Samarco na última sexta-feira, as quais serão analisadas com a maior brevidade
170 possível, para que se tenha um posicionamento. Em continuidade da apresentação, foi informado
171 que até o dia 05/11/2016, Barra Longa deve estar com as obras finalizadas, com exceção de uma
172 área do parque de exposições que demorou a iniciar a retirada dos rejeitos. Informa que já está
173 atingindo a uma centena de afluentes afetados cujo trabalho envolve desobstrução e recuperação
174 inicial, sendo objeto de discussão técnica. Existem duas dragas que estão em operação desde
175 11/07/2016, tendo sido dragado até 14/10/2016, 427 mil metros cúbicos. Quanto ao licenciamento
176 da dragagem de Candonga, a Prefeitura de Rio Doce entende que, conforme a legislação municipal,
177 para a anuência deveria haver o licenciamento municipal, assim a Presidente do CIF coloca que
178 conforme a Lei Complementar n.º 140/2011, não pode haver duplo licenciamento. Em consulta à
179 PFE/IBAMA, este também foi o entendimento contudo o IBAMA não pode determinar que o
180 Estado de Minas Gerais efetue uma consulta ao município. O Prefeito de Rio Doce informa que a
181 questão do município não é o licenciamento sabendo que a competência é do Estado, e sim quanto a
182 determinação constante na Lei n.º 766/2006 que em seu artigo 4º veda a disposição de rejeitos e
183 outros agentes poluidores em áreas no município. Ressalta que por não ser licenciamento deverá se
184 ter uma autorização prévia do Conselho Municipal para o Prefeito assinar a carta de anuência.
185 Solicita assim o parecer para que possa embasar a autorização, ressaltando que apesar de não se ter
186 nenhum tipo de autorização para as obras a empresa vem trabalhando. A Presidente do CIF informa
187 que vai requerer esclarecimentos visando resolver a questão. Retomando os trabalhos no período da
188 tarde a Presidente do CIF, o Superintendente do IBAMA/MG deu prosseguimento a apresentação
189 das informações das obras emergenciais na região do desastre de Mariana. Conclui que o reforço
190 das estruturas está com o status das obras adiantadas, mas a contenção dos sedimentos da fonte está
191 entrando no período chuvoso com incertezas, pois efetivamente não está havendo contenção, existe
192 uma boa perspectiva com a construção da barragem de Santarém, mas até a finalização das obras se
193 enfrentará um período crítico para a região da foz, com poluição e aporte adicional de rejeitos. Na
194 dragagem emergencial da Risoleta Neves existe a previsão de chegada de mais aportes do que as
195 contenções preveem. O IBAMA tem feito o acompanhamento sistemático e reiterado das obras,
196 faltando uma sistematização dos dados de forma georreferenciada e por meio de relatórios para cada
197 ponto, de forma a acompanhar a evolução das obras. Na última vistoria, o IBAMA constatou que
198 80% das ações demandadas ainda não foram implementadas e 90% dos pontos têm foco erosivos
199 com carreamento de resíduos. Ocorreram reuniões entre Câmaras, CT de Rejeitos e Segurança
200 Ambiental e CT Restauração Florestal e Produção de Água, para tratar de estudos geomorfológicos,
201 geoquímicos e sedimentológicos. Em seguida começou a apresentação da CT de Economia e
202 Inovação, sendo informado que em atendimento à deliberação n.º 20 do CIF a Fundação Renova
203 encaminhou a documentação. Contudo, por razão de encaminhamento dos documentos a análise
204 não entrou na pauta da última reunião da CT de Economia e Inovação, estando pautados para a
205 próxima reunião da Câmara Técnica inclusive com a participação de representantes da Fundação
206 para explanação. Neste contexto, a representante da CT ressalta a importância de se ter um fluxo

Anny

207 para recebimento da documentação, ao que a Presidente do CIF informa que já tinha sido acordado
208 que seriam recebidos por e-mail. Foram escolhidos projetos conforme critérios definidos pela CT e
209 que no entender da Câmara devem ser validados pelo Comitê Interfederativo conforme os objetivos
210 do TAC. Na análise da Câmara os projetos estão no escopo da inovação. A Presidente do CIF
211 questiona se a ideia seria a apresentação dos Projetos como sugestão à Fundação, por não caber a
212 determinação, demonstrando preocupação com a inversão da lógica já que o esperado seria que a
213 CT definisse critérios para que a Fundação apresentasse os projetos. A representante da ANA coloca
214 que os projetos apresentados pela CT de Economia e Inovação entram no âmbito do trabalho de
215 outras Câmaras Técnicas que vêm trabalhando ativamente. A representante do Governo de Minas
216 Gerais relembra que a Fundação Renova pode buscar parcerias com as Fundações de Pesquisa tendo
217 de submeter a cada CT do Comitê Interfederativo aqueles projetos que porventura atendam aos
218 Programas. Os Projetos da FAPEMIG e FAPES à luz dos 39 programas que foram definidos no
219 acordo e à luz da competência de cada Câmara Técnica entender se atende ao definido. A Presidente
220 do CIF ressalta a importância da CT de Economia e Inovação em definir critérios para priorizar os
221 projetos inclusive na compatibilização com os programas. A representante da CT de Economia e
222 Inovação informa que a intenção foi atender ao artigo 3º, § 3º seria uma sugestão, cabendo a
223 Fundação avaliar e transformar em produto. A representante da ANA chama atenção para o fato de
224 se tomar cuidado com as deliberações do CIF, não podendo se deixar transparecer direcionamento
225 nas decisões. A representante do Estado de Minas Gerais reitera sua proposta de que os Projetos da
226 FAPEMIG e FAPES que já passaram pelo crivo técnico devendo ser encaminhados à Fundação para
227 análise da implementação dentro de suas atribuições de modo a atender aos 39 programas previstos.
228 Se a Fundação entender que algum dos projetos atenda aos critérios definidos por determinada
229 Câmara, a Fundação deverá informar a respectiva CT que informará ao CIF. A Prefeita de
230 Governador Valadares coloca a importância das experiências positivas serem compartilhadas, e
231 desta forma aproveitadas. A Presidente do CIF propõe que o Projeto antes de ser encaminhado à
232 Fundação seja submetido à CT. A proposta seguinte da CT de Economia e Inovação é que haja
233 certificação dos produtos e materiais para que os projetos sejam aceitos. Os membros do CIF
234 manifestaram a preocupação de que o recurso da Fundação seja utilizado para resolver um problema
235 da Samarco, sendo que o recurso deve ser utilizado na implementação de ações sociais e ambientais
236 da área impactada. Já a representante do Governo de Minas Gerais entende que a proposta pode vir
237 a ser utilizada para resolver a questão dos rejeitos podendo, e de nenhuma forma estar preocupada
238 com a Samarco. Entende ainda que a partir do momento que se consegue gerar renda para a
239 comunidade está promovendo algo de inovação, de economia e de mudança de base de economia. A
240 Presidente do CIF propõe que a deliberação seja no sentido de que recomendar a Fundação a
241 apresentar projeto que promova a certificação dos produtos gerados a partir dos rejeitos oriundos do
242 acidente de Mariana, levantando inclusive o custo. A CT de Segurança Hídrica e Qualidade da
243 Água apresentou um apanhado do trabalho desenvolvido no âmbito da Câmara Técnica. É
244 informado que no âmbito da CT tentou-se adiantar algumas obras de captação mas a Fundação
245 argumenta que o TAC estabelece 2 anos para o projeto e 3 anos para a obra. Quanto aos critérios
246 para acesso aos recursos para saneamento básico, a Fundação Renova informou que não existe no
247 TAC uma data específica e que os recursos serão liberados até o final do semestre de 2016. Sobre a
248 apresentação da nova versão do plano de ações emergenciais, Deliberação n.º 16 do CIF, sendo
249 entregue na sexta-feira no final do dia a 3ª versão do documento. Quanto ao plano anual quali-
250 quantitativo já está em andamento, restando as idas a campo para nas estações junto com o IEMA e
251 o IGAM. Por deliberação do CIF foram emitidas cartas registradas com questionário muito simples,
252 e praticamente todos os municípios devolveram acompanhado de seus projetos de esgotamento
253 sanitário. A representante do Governo de Minas Gerais ressalta a dificuldade das Prefeituras, ao que
254 o representante do Governo do Espírito Santo reforça por ter sido período eleitoral deve-se ter
255 paciência. A Prefeitura de Governador Valadares informa que foi realizada reunião com a Fundação
256 para discutir assuntos, entre os quais, logística, lodo, nível de turbidez, conseguindo acordar com a
257 Fundação a inauguração do sistema alternativo de abastecimento de água no município. Para
258 finalizar a representante da ANA registrou a ausência de participação de representante da Defesa

259 Civil. A CT de Organização Social e Auxílio Emergencial fez explanação sobre o trabalho
260 desenvolvido, informando que somente o programa de proteção social não foi iniciado. Sobre o
261 programa auxílio emergencial, passou por duas fases, a primeira foi do cadastro emergencial para
262 pagamento dos auxílios, sendo feito em 4 etapas. No final de julho foi entregue pela Samarco uma
263 base de dados emergencial integrada com 8513 cadastros. Dentre estes cadastros havia uma lista de
264 inelegíveis ao registro sendo recebido os motivos para a inelegibilidade. Atualmente, estão
265 recebendo auxílio cerca de 7 mil famílias, recebendo como auxílio emergencial uma média de
266 R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais). Neste momento, o trabalho envolve o cadastro integrado
267 que seria o recadastramento das pessoas para levantamento dos danos e de informações
268 socioeconômicas. A previsão é que a primeira versão do cadastro integrado seja entregue até o final
269 do mês. Ressalta que será com base no cadastro integrado que será calculado o valor da
270 indenização. No Programa de Indenização mediada foi elaborada uma matriz de danos para
271 levantamento e comprovação. Foi questionado se a indenização refere-se apenas a danos morais
272 sem resolver as questões materiais. É sugerida a utilização dos termos postos no Estatuto do
273 Deficiente, sendo utilizada a Lei n.º 13.146/2015 como referência. É esclarecido que danos
274 materiais será em próxima etapa, depois do preenchimento da matriz de danos. Por fim, a
275 representante da Casa Civil informou que será apresentado para deliberação o pedido da Fundação
276 de prorrogação do prazo para o cadastro e conseqüentemente, da indenização, no entendimento da
277 Câmara Técnica pelo prazo requerido, cinco meses, não haverá prejuízos já que as pessoas estão
278 desassistidas e aquelas que porventura não estiverem recebendo auxílio serão priorizadas na análise.
279 Por outro lado, ressalta que o pedido da Fundação não é para a entrega de todo o cadastro somente
280 no final da prorrogação. A Presidente do CIF coloca que o CIF irá deliberar amanhã sobre o pedido
281 de dilação do prazo para entrega do cadastro. Na manhã do dia vinte e cinco de outubro de dois mil
282 e dezesseis, às onze horas e vinte minutos, no Plenário do prédio Minas, 9º andar, Cidade
283 Administrativa, Belo Horizonte/MG, foi iniciado o 2º dia de reunião do Comitê Interfederativo. O
284 primeiro tópico foi o relato da Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle
285 Social, instalada em 12/09/2016 em Brasília/DF, tendo sido relatado o esforço de mobilização dos
286 seus representantes, sendo informadas algumas das indicações feitas para a composição da CT. A 2ª
287 reunião está prevista para ocorrer em Mariana/MG no dia 26/10 para discussão de plano de trabalho
288 e outras ideias dos membros do grupo. Foram relatadas ações de participação em reuniões e
289 elaboração de informes. A Presidente do CIF frisou a importância desta Câmara em acompanhar
290 outras Câmaras Técnicas - CT's em termos de transparência e comunicação social, e que, como é
291 uma Câmara que está se estruturando agora, há um grande aprendizado de interação pela frente.
292 Sobre a CT Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, foi relatada pelo coordenador regional
293 da Funai MG/ES a dificuldade na instalação da mesma e que desde a penúltima reunião ficou
294 acordado compartilhamento da coordenação da CT, tendo sido recebidos nomes mas havendo ainda
295 problemas nas indicações de representantes. Além disso, ressaltou que apresentou para
296 representantes indígenas a organização e o sistema de governança, sendo verificada resistência na
297 instalação e participação dos mesmos na CT, o que fez com que houvesse uma diminuição no ritmo
298 das ações visando não afetar o relacionamento cotidiano da FUNAI com estes povos. Na prática o
299 trabalho está sendo feito e o acompanhamento nas comunidades afetadas está sendo exaustivo.
300 Relatou também que há três termos emergenciais em andamento, o que impede uma maior
301 organização em relação às reuniões da CT propriamente, em virtude das numerosas demandas de
302 trabalho. Concluiu que as ações emergenciais vêm sendo realizadas com algumas dificuldades,
303 requerendo à Fundação o compromisso de atender aos prazos estabelecidos no TAC. O estudo de
304 impactos está previsto pela empresa para início em novembro/2016. A Presidente do CIF ressaltou a
305 importância em garantir a realização da reunião prevista para a CT, sua institucionalização. Ressalta
306 ainda a necessidade de se ter pelo menos uma reunião mensal para a CT Indígenas e Povos e
307 Comunidades Tradicionais. A representante do Governo de Minas Gerais coloca a necessidade de
308 institucionalização da CT, ressaltando que a CT é o espaço para discussão e diretrizes e o CIF para
309 as deliberações. A Presidente do CIF informa que devido a um equívoco o documento apresentado
310 com a nova versão do POP foi distribuído aos membros com pouquíssimo tempo para leitura e

311 considerações, fato que dificulta qualquer tipo de deliberação quanto ao documento. Ressalta
312 entretanto que a empresa *Ernest & Young* pode apresentar alterações realizadas desde o último
313 documento. A Presidente do CIF lembrou que as críticas se referiam ao fato do documento ser
314 mais contábil e o CIF requereu que também fosse focado nas realizações técnicas. Na sequência o
315 representante da *Ernest & Young* informou que houve uma reformulação do Procedimento
316 Operacional Padrão - POP, para cada programa será elaborado um documento com os indicadores
317 aprovados pelo CIF, e a *Ernest & Young* irá propor os procedimentos de asseguarção do alcance dos
318 indicadores não só na parte contábil mas da efetividade destes e assim o desenvolvimento dos
319 programas. Esclareceu que à *Ernest & Young* cabe entender os programas e os projetos propostos,
320 conhecer os indicadores definidos, emitindo relatórios de asseguarmento para cada programa. Foi
321 explicada a diferença entre POP e PAI (Procedimento de Asseguarção Individual) e a empresa
322 informou o que deveria ser feito pela auditoria independente, com base nas cláusulas 200 e 201 do
323 TTAC. Esclareceu que para cada programa haverá um documento de indicadores, um PAI, e o uso
324 de especialistas com objetivo de garantir a efetividade e asseguar a execução, com a premissa de
325 contemplar as particularidades de cada programa. O representante do CIF no conselho curador da
326 Fundação Renova manifestou que a própria Fundação deve participar na definição de indicadores e
327 que talvez a participação de instituições governamentais nesse processo seja crucial. Foi ressaltado
328 pela empresa *Ernest & Young* que o aspecto técnico não será de fato definido pela empresa, mas sim
329 asseguar determinado objeto previamente definido pelos demais envolvidos nos programas. A
330 Presidente do CIF enfatizou a necessidade de maior abertura para preenchimento do quadro da
331 empresa com diversos especialistas, em virtude da abrangência e complexidade da questão. O
332 representante dos municípios atingidos de Minas Gerais entre outros coloca a preocupação quanto
333 ao prazo necessário para se escrever todos os procedimentos visto a abrangência do território e o
334 conteúdo a ser trabalhado. A representante do Governo de Minas Gerais esclarece os papéis sendo
335 que o papel de fazer é da Fundação, o papel de definir as diretrizes é do CIF por meio de suas
336 diversas Câmaras Técnicas; já o papel da auditoria, que deve ser externa e independente, é auditar
337 as ações e informar o Comitê Interfederativo se as ações cumprem seu papel. O Presidente da
338 Fundação coloca a preocupação quanto a comprovação da efetividade das ações depois de um
339 determinado prazo, o que pode não ocorrer pela *Ernest & Young* mas que deverá retornar para a
340 sociedade para esta avaliar a efetividade real das ações. O representante da *Ernest & Young*
341 comentou sobre as questões colocadas pelas intervenções, ressaltando que os documentos
342 produzidos não normatizam as atividades da Fundação e das CT's, mas exclusivamente disciplinam
343 o relacionamento da *Ernest & Young* com estas partes. A representante do IBAMA coloca que deve
344 ser observada a independência da auditoria, e para a aplicação de determinada metodologia, visando
345 o alcance do indicador, deverá ser chamado especialista da área que vai ajudar a definir a
346 efetividade das ações. A Presidente do CIF ressaltou que as CT's têm um papel importante no desenho
347 dos indicadores e das métricas, sendo que o trabalho só poderá ser iniciado quando se tiver estas
348 informações para cada um dos programas. O representante da Fundação informou que vem sendo
349 feito um trabalho em todos os programas definindo os indicadores, os quais serão apresentados a
350 todas as instâncias necessárias para análise, e em breve se terá um leque de indicadores. A Fundação
351 se comprometeu a realizar uma primeira proposta de indicadores e também propôs apresentar
352 antecipadamente ao CIF as questões referentes aos especialistas. O representante do Governo do
353 Espírito Santo informa que após a análise da equipe entende-se que o documento está em condições
354 de ser aprovado, mas entende que não houve tempo para os demais membros avaliarem o POP. A
355 representante do Governo de Minas Gerais, em especial a SECIR, também entende que o
356 documento está em condições de ser aprovado, frisando a abertura para ajustes que serão
357 necessários; em resposta, os demais representantes manifestaram estar de acordo com o
358 posicionamento. Pelo Governo Federal, a Presidente do IBAMA, e do CIF, requer um prazo para
359 análise do documento, que segundo ressaltou, tem a previsão de durar anos; destaca sua preocupação
360 para o início dos trabalhos inclusive porque faltam diretrizes para a aplicação dos recursos. Com
361 isto, a Presidente do CIF propõe que seja estabelecido prazo 10 dias para análise e deliberação
362 quanto a proposta do POP. Foi proposto por um dos participantes a necessidade de grupo específico

363 temporário interagindo com as CT's a respeito do acompanhamento das auditorias independentes,
364 sendo composto por 6 membros. A ideia da criação de grupo específico seria uma articulação entre
365 as CT's e uma padronização do trabalho, da metodologia. Ao que o Presidente da Renova requereu
366 a participação da Fundação como observadora no GT a ser criado. A Presidente do CIF esclarece
367 que existem duas propostas de deliberação, a primeira para a criação de um Grupo de Trabalho
368 temporário para acompanhamento dos trabalhos composto por representantes dos três entes do
369 Governo, devendo ser acompanhado pela Fundação. A outra proposta seria que independente da
370 aprovação do POP se pegasse um caso padrão para se iniciar os testes. Ao que a Presidente do CIF
371 questiona se existe consenso quanto a proposta de aplicação do procedimento a um caso específico,
372 ressaltando que em caso positivo se estará dando um aceite ao produto, apesar da formalização da
373 aprovação do POP ocorrer apenas na próxima reunião do CIF. O representante do Governo de
374 Minas Gerais manifesta-se contrário a criação neste momento do Grupo de Trabalho, ao que o
375 representante do Governo do Espírito Santo entende não haver problema. Já a também representante
376 do Governo do Espírito Santo solicita que haja uma reunião extraordinária do CIF para deliberação
377 quanto a proposta do POP. O representante da FUNAI questiona como será internalizada a
378 percepção dos povos indígenas no POP, em resposta a Presidente do CIF esclarece que a definição
379 dos indicadores deverá ocorrer em conjunto, CT e Fundação, devendo entrar a percepção destas
380 comunidades, para tanto deverá ser estabelecidos elementos para aferição quali e quantitativa.
381 **Ficou acordada a realização de Reunião Extraordinária para tratar dos temas de pendências**
382 **de cadastro e POP, em data a ser acordada posteriormente.** Reiniciados os trabalhos no período
383 da tarde com a apresentação da proposta de deliberação por parte da Câmara Técnica de
384 Organização Social e e Auxílio Emergencial para pagamento por danos morais ocasionados pelo
385 desabastecimento de água, sendo esclarecido que a questão relacionada a água prescinde de
386 cadastro. Propõe como Deliberação n.º 29 – Aprovar a fórmula de indenização por danos morais por
387 desabastecimento de água nas cidades impactadas pelo desabastecimento, o Programa de
388 Indenização Mediada pagará indenização a título de danos morais a todas as pessoas que foram
389 diretamente afetadas no desabastecimento, que será calculada considerando todos os indivíduos
390 impactados da região onde houve desabastecimento ininterrupto por mais de 24 horas, sendo que
391 cada pessoa terá direito a um valor base tendo um acréscimo de 10% no caso de pessoa vulnerável
392 ou incapaz. Para a cidade de Governador Valadares, o valor base será de R\$1.000,00 por pessoa e
393 para as outras cidades impactadas pelo desabastecimento o valor base será de R\$880,00 por pessoa.
394 Para fins de indenização serão consideradas pessoas vulneráveis aquelas menores de 12 anos,
395 maiores de 60 anos, gestantes, lactantes, pessoas com deficiência na forma da Lei n.º 13.146/2015 e
396 pessoas acometidas por doenças crônicas. A representante da Prefeitura de Governador Valadares
397 informa que existem cerca de 25 mil ações no Tribunal de Pequenas Causas, ressaltando a
398 necessidade de negociação. Quanto à indenização no Município, demonstrou a preocupação quanto
399 a forma de pagamento destas indenizações visto as experiências com a distribuição de água mineral.
400 Propõe assim que, ao invés de um escritório central, sejam descentralizados por várias regiões com
401 várias equipes, proposta corroborada pelo representante da CBH-Doce. A Presidente do CIF propõe
402 como diretriz que a definição da forma de pagamento seja pactuado com as prefeituras e
403 comunidades atingidas de maneira que cause menor impacto possível. Após explanação, a Fundação
404 explicou brevemente como pretende fazer o pagamento das indenizações nas cidades impactadas
405 por desabastecimento, por agendamento. Ficou como recomendação à Fundação que realize o
406 processo de pagamento das indenizações de forma pactuada com a comunidade, da forma mais
407 célere e com o menor impacto possível, organizando a estrutura de pagamento. O representante da
408 Fundação informa que o planejamento do pagamento das indenizações está sendo ajustado frente às
409 incongruências. A Presidente do CIF propõe um item 2 à Deliberação para recomendar que se
410 organize a estrutura de forma pactuada com as Prefeituras e as comunidades locais tendo em vista
411 finalizar o cumprimento da indenização até 29 de fevereiro de 2017. A Fundação informou que a
412 previsão é fevereiro de 2017 para Governador Valadares e junho de 2017, Colatina, salientando-se
413 na reunião que o prazo previsto no TTAC é junho de 2017. Ao que o representante da Fundação
414 informa não ter condições de acordar prazos precisando fazer consulta. Ficou acordado que a

Aney

415 **Fundação deve trazer na próxima reunião do CIF uma proposta de cronograma com prazos**
416 **para execução e finalização das indenizações nas cidades impactadas.** A Presidente do IBAMA
417 propõe que seja aprovada a proposta de fórmula da indenização, assim foi **aprovada a Deliberação**
418 **nº 29 do CIF.** Passando para a proposta de Deliberação da Câmara Técnica de Rejeitos e Segurança
419 Ambiental, foram expostas as questões de criação de lâmina d'água ótima na barragem da UHE
420 Candonga, para fazer um controle hidráulico criando uma lâmina d'água de 3 metros. A cota da
421 soleira está em 311 e a cota ótima estudada pela Samarco é a cota 314. Segundo esclarecido, o
422 risco de não se fazer a lâmina d'água é que os rejeitos sejam carreados diretamente para o
423 reservatório; com a lâmina d'água os rejeitos são depositados a montante permitindo entre outros se
424 fazer a gestão de rejeitos; poderá se verificar ainda a melhoria da turbidez da água. Ficou
425 esclarecido também que os Programas 9 e 24 serão cobrados diretamente à Samarco,
426 especificamente no caso da Fase 1 (que vai até o controle efetivo do evento). Assim, é proposta
427 como Deliberação n.º 30 – A Samarco deverá apresentar no prazo de até 7 dias estudo e plano de
428 ação de criação de lâmina d'água ótima para otimização dos trabalhos de dragagem, proporcionar a
429 gestão dos rejeitos que cheguem ao reservatório da UHE Risoleta Neves (Candonga), melhoria da
430 turbidez, facilite a implantação do barramento B e viabilize a implantação do barramento A no
431 reservatório de Candonga, observando critérios de segurança e qualidade ambiental com o
432 envolvimento de todos os atores participantes do processo. O cronograma de ações deverá estar
433 aderente à urgência que o caso requer, com o cronograma de implantação do barramento A, e
434 especialmente com o cronograma de implantação do barramento B cuja finalização é prevista para
435 17 de dezembro de 2016. Sobre a razão de ser a Samarco que apresentará o estudo e plano de ação,
436 o Presidente da Fundação Renova esclareceu que por razões de segurança jurídica da própria
437 Fundação, as mantenedoras decidiram que os Programas 9 e 24 para a fase 1, relativos as ações de
438 contenção, ficarão sob responsabilidade da Samarco até o encerramento dos dois programas. O
439 Presidente da Fundação propõe que haja uma apresentação pela Samarco, Consórcio Candonga e
440 Fundação do Plano de Emergência. Representante da Fundação esclarece que a responsabilidade
441 pela implementação das ações/programas previstos no TTAC é da Fundação, no caso dos programas
442 de contenção apenas a execução ficará a cargo da Samarco; aproveita para informar sobre reunião
443 na Casa Civil para discutir a atuação da Defesa Civil no período chuvoso, buscando uma articulação
444 da defesa civil federal com as defesas civis dos estados e dos municípios. **Sobre o tema, foi**
445 **aprovada a Deliberação nº 30 do CIF.** A Câmara Técnica de Economia e Inovação apresentou
446 então sua proposta de deliberação quanto ao aproveitamento dos rejeitos na fabricação de outros
447 produtos. Foi proposta a Deliberação n.º 31 – O CIF recomenda que a Fundação Renova elabore um
448 projeto visando a identificação, caracterização e certificação de produtos que tenham como insumos
449 resíduos e rejeitos derivados do processo de mineração. A certificação é necessária para produtos
450 que possam trazer prejuízos econômicos ou riscos ao consumidor. Recomendar que as certificações
451 sejam feitas por instituições com competência reconhecida em âmbito nacional e internacional e a
452 Fundação no âmbito do projeto possa criar um selo de qualidade e conformidade facilitando a
453 difusão dos produtos no mercado. A representante do Governo de Minas Gerais coloca que o foco
454 do trabalho deva ser para com os rejeitos derivados do rompimento da barragem de Fundão. Já a
455 representante da ANA ressalta que a análise deve ser realizada pela Câmara Técnica e a deliberação
456 ocorra pelo CIF. Fica acordado que o objeto do trabalho deve ser os rejeitos da barragem de Fundão.
457 O representante dos municípios atingidos do Espírito Santo manifesta-se contrário ao projeto por
458 entender que esta ação deva partir da Samarco e não ser aplicado recurso da Fundação. Ao que
459 membro da CT de Economia e Inovação leu a atribuições da Câmara Técnica quanto a inovação,
460 sendo um projeto de caráter compensatório. O representante do Governo do Espírito Santo coloca a
461 necessidade de se avaliar a demanda econômica do projeto, deve ser requerido que a Fundação
462 apresente um plano de aproveitamento de resíduos com uma meta específica, e se viável com a
463 certificação. O Prefeito de Mariana coloca a importância da CT de Economia e Inovação e do
464 projeto para geração de empregos, ressaltando que gostaria de ver os resíduos serem chamados de
465 matéria-prima. O Presidente da Fundação coloca a importância de se aproveitar a interação da
466 Fundação com os mais diversos programas das Câmaras Técnicas para se buscar a inovação.

Auey

467 Concorda com a afirmação de que não deve ser foco da Fundação pesquisa e desenvolvimento que
468 são atribuições das empresas mineradoras, que demandam valores altíssimos. A Fundação tem o
469 importante papel de mobilizadora de conhecimento juntos a mantenedoras, Vale, Samarco e BHP,
470 visto ter ocorrido uma mobilização no mundo inteiro para buscar de alternativas. Portanto, a
471 Fundação pode ter uma papel de mobilizadora e não da organização da inovação. É requerido ainda
472 que a Fundação Renova participe das reuniões da CT de Economia e Inovação. A representante do
473 Governo de Minas Gerais ressalta a importância do tema apresentada pela CT já que existem 54
474 milhões de metros cúbicos de resíduos para aos quais se deve dar uma solução, seja pela Fundação
475 ou pela Samarco. O membro da CT ressalta que o objetivo da proposta do trabalho não é
476 desenvolver pesquisa mas que a Fundação desenvolva projeto quanto a certificação de produtos
477 produzidos a partir dos resíduos. O Presidente da Fundação Renova coloca que esta não pode ser a
478 responsável pela certificação dos produtos da mineração, assim o papel da Fundação seria entender
479 como funciona o sistema de certificação que depois irá ser implementado, e não haveria um selo da
480 Fundação Renova visto estar fora de seu escopo. A Presidente do CIF sugeriu duas propostas: fazer
481 os ajustes na redação da proposta apresentada pela CT, ficando apenas um projeto sobre
482 certificação, ou fazer de uma forma mais pactuada com uma reunião entre a Fundação e a Câmara
483 Técnica para debater como fazer o reaproveitamento dos rejeitos e resíduos de uma forma mais
484 ampla indo além da certificação, sendo trazida uma proposição para a próxima reunião do CIF. A
485 representante do Governo do Espírito Santo chama atenção para o objetivo da Câmara Técnica que
486 é o fomento a pesquisas. O Presidente da Fundação propõe fazer um estudo e trazer na próxima
487 reunião do Comitê Interfederativo para embasar a discussão. **O CIF aprova a Deliberação n.º 31**
488 com a seguinte redação: O CIF recomenda que a Fundação Renova elabore um estudo de
489 viabilidade para identificação, caracterização e certificação de produtos que tenham como insumos
490 resíduos e rejeitos derivados do rompimento da barragem de Fundão. Em seguida o membro da CT
491 de Economia e Inovação sugeriu que constasse em ata as seguintes sugestões: (a) Sugere-se à
492 Fundação Renova, no que tange a inovação, que sejam considerados os projetos de pesquisa
493 recomendados no âmbito da chamada pública nº 04/2016 da FAPEMIG; (b) Sugere-se à Fundação
494 Renova igual procedimento para os projetos existentes na FAPES; (c) Sugere-se à Fundação
495 Renova contatar a FAPEMIG e FAPES para realizar ações e parcerias referentes à inovação e
496 pesquisa tecnológica; Tais sugestões estão sintonizadas com a cláusula 115 do TTAC que estabelece
497 a possibilidade de realização de parcerias nas cláusulas 8.V, 113, 114 do TTAC. Ficando a
498 Secretaria do CIF a responsabilidade pelo encaminhamento dos projetos da FAPES e da FAPEMIG
499 à Fundação Renova. **A Presidente do CIF sugeriu, adicionalmente à pauta da reunião de hoje, a**
500 **apresentação de um fluxograma contendo os critérios do que deve retornar ao CIF para**
501 **apreciação ou não (aprovação ou não dos projetos, participação em decisões específicas, etc).**
502 **Os presentes aprovaram a decisão.** Outra questão solicitada foi de que haja diálogo com a
503 Fundação a respeito dos limites de valores e respectivos processos de aprovação do uso e destinação
504 dos mesmos. O representante do estado do Espírito Santo coloca a importância de começar a ser
505 discutida a forma de ressarcimento dos estados quanto aos gastos; ao que o representante da
506 Fundação expressou o entendimento de que esta discussão deve se dar no âmbito da CT de
507 Economia e Inovação. Algumas intervenções finais foram feitas, tendo como sugestão que as CT's
508 tragam as deliberações em harmonia com o TTAC. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente
509 encerrou a reunião às 17h10, convocando a próxima reunião do CIF conforme cronograma.

Aurey